

Recomeça a batalha pelo Código Florestal

*Ambientalistas
advertem para os
riscos da proposta do
deputado Micheletto*

SANDRA SATO
e CHICO ARAÚJO

BRASÍLIA - A batalha pelo Código Florestal recomeçou. A briga entre ruralistas e ambientalistas ficou suspensa por um ano, desde que o governo reeditou a medida provisória que elevou de 50% para 80% o tamanho da área de reserva legal em propriedades situadas na Amazônia e adotou outras mudanças propostas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Agora os ruralistas insistem em reduzir o tamanho da reserva. No lado oposto, os ambientalistas trabalham para manter o texto integral da MP, que tem vigência automática mas precisa ser aprovada no Congresso para virar lei.

Está prevista para o dia 30 a votação do projeto de conversão da MP de autoria do relator da comissão especial que analisa as mudanças, deputado Micheletto (PMDB-PR). Ele já está causando polêmica com a minuta que esboçou, apresentando as alterações que pretende introduzir. Entre elas há uma que permite o desmatamento de até 80% de floresta, em Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, caso esses Estados não concluam o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) três anos após aprovação das mudanças no Código.

Os ambientalistas temem que o ZEE, espinha dorsal da proposta de Micheletto, acabe servindo apenas de instrumento para reduzir o tamanho da reserva legal nos Estados. Ainda pela proposta de Micheletto, os índices fixados na lei para a reserva legal de propriedades na Amazônia podem aumentar ou diminuir em 50%, dependendo do que indicar o ZEE.

O zoneamento deve apontar

as áreas passíveis de uso econômico, rural ou urbano e de conservação ambiental. É uma idéia com boa acolhida entre os ambientalistas. Mas, como o projeto de Micheletto não detalha as regras sobre a forma como deve ser realizado, teme-se que, em vez de refletir um planejamento ordenado do uso do território, o zoneamento sirva a interesses dos grandes donos de terra e madeireiros.

Na avaliação do assessor-jurídico do Instituto Socioambiental (ISA), André Lima, o dispositivo poderá influenciar os governos estaduais a adiarem ao máximo a realização do zoneamento, facilitando assim os desmatamentos.

"Se não houver regras claras, o ZEE corre risco de virar loteamento ecológico-econômico", prevê Lima. O secretário-técnico do subprograma de políticas de recursos naturais do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais (PPG-7), Brent Millikan, diz que o zoneamento tem de mapear todo o território de um Estado para orientar as políticas públicas.

O técnico do PPG-7, programa ligado à Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, também observa que não se pode, nos ZEEs, reduzir a

área de preservação ambiental a locais onde o solo é ruim, deixando o bom apenas para a agricultura.

Projeto - O projeto de conversão de Micheletto seria votado semana passada. Mas a pedido do próprio relator, a votação foi transferida para o dia 30. Nesse intervalo, estão previstas reuniões entre a comissão especial e representantes dos ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário. Também deve haver conversas com os ambientalistas, além de duas audiências públicas. O deputado já pôs em sua página na Internet uma versão do projeto que apresentará na comissão do Congresso.

VOTAÇÃO
FOI ADIADA
PARA
O DIA 30

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte: OESP (Geral)
Data: 6/5/2001 Pg: A14
Class.: 116

AS PROPOSTAS E AS CRÍTICAS

PRESERVAÇÃO PERMANENTE

O que diz o projeto

Autoriza a supressão eventual e de baixo impacto da vegetação para a realização de construções, abertura de estradas, canais de derivação de água e instalação de máquinas e equipamentos para exploração de atividade produtiva ou transporte aquaviário.

O que dizem os ambientalistas

Permitirá atividades de alto impacto nas áreas de preservação permanente. A MP em vigor permite somente pequenas obras, como trilhas para circulação humana. A proposta de Micheletto permite a abertura de canais de irrigação, estradas e até dragas de areia nas áreas de preservação.

RESERVA LEGAL

O que diz o projeto

Reduz de 80% para 50% nas pequenas propriedades da Amazônia legal e mantém em 35% preservação no cerrado amazônico. Demais regiões: 20%.

O que dizem os ambientalistas

Regra será sempre a redução mínima, podendo chegar até 20% de floresta na Amazônia, se o Estado não concluir o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) num prazo de três anos após a aprovação da lei.

RECOMPOSIÇÃO DE RESERVA

O que diz o projeto

Dispensa a recomposição da área de reserva legal nas pequenas propriedades registradas até 31 de dezembro de 1999.



O que dizem os ambientalistas

Pequenas propriedades rurais ocupam mais de 50% em Estados como Santa Catarina e Paraná, ambos com menos de 5% de cobertura vegetal nativa. O texto mostra que as florestas não serão recuperadas. Os ambientalistas consideram o item um retrocesso para a Mata Atlântica, que tem apenas 7% da cobertura original preservada.

ZONA DE TRANSIÇÃO

O que diz o projeto

As florestas e outras formas de vegetação nativa são suscetíveis de supressão desde que sejam mantidas, a título de reserva legal no mínimo 50%, na propriedade rural situada em área de transição entre florestas e cerrado.

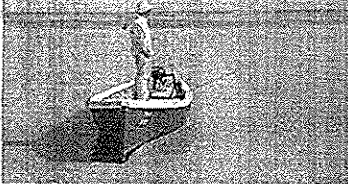
O que dizem os ambientalistas

Essa área tem vegetação mais vulnerável do que a coberta por floresta e precisa de um grau de proteção maior do que os 50% previstos por Micheletto.

criação de camarão

O que diz o projeto

Permite desenvolvimento da atividade de carcinicultura marinha (cultivo de camarão).



O que dizem os ambientalistas

É uma tentativa de autorizar o cultivo de camarão em áreas do mangue, principalmente no Nordeste. Vai gerar desmatamentos e contribuir para o aumento da poluição por causa do uso de produtos químicos nos mangues. A atividade deverá provocar perda de produtividade pesqueira na região onde for criado camarão.

